

4. Metodologia

O enquadramento geográfico, geológico e histórico de um qualquer sítio arqueológico é um importante primeiro passo em qualquer tipo de investigação arqueológica, algo que foi feito neste trabalho recorrendo à bibliografia existente (moderna e clássica) sobre a Lusitânia romana e nomeadamente o litoral algarvio. Considerou-se que uma abordagem, embora superficial, do actual estado da investigação de cerâmica arqueológica, nomeadamente sobre de ânforas romanas, facilitaria o enquadramento geral.

Em segundo lugar, procedeu-se a uma apresentação das campanhas arqueológicas de que o sítio do Martinhal foi alvo, feita através da consulta dos relatórios das escavações, consultados na Direcção Regional de Cultura do Algarve, e ao estudo monográfico nunca publicado, elaborado por dois dos autores das intervenções ali efectuadas (WHITEHEAD e GAMITO, s/d). Neste âmbito foi feita também uma referência a todos os trabalhos publicados sobre o sítio.

Utilizando essa mesma monografia e outros estudos publicados, apresentaram-se e descreveram-se, na medida do possível, dada a escassez de dados, os vários horizontes históricos do local, passando pela fase em que foi uma *villa*, até à presença de fragmentos de cerâmica islâmica junto à cisterna e rápida degradação dos vestígios nas últimas décadas. Dedicaram-se também, sempre que foi possível, algumas linhas à descrição de todas as estruturas ali encontradas, como a cisterna e os fornos.

A ausência de um critério comum no estudo das ânforas romanas fez, desde logo, reconhecer a necessidade de proceder à criação de uma ficha que permitisse recolher todas as informações que se consideraram necessárias para a análise

pretendida. O problema da carência de normalização coloca-se não só a nível das descrições formais, mas também reside na ausência de uma descrição normalizada das pastas - que dificultou desde sempre a tarefa de estabelecer paralelos (MORAIS, 1998).

Assim sendo, a criação de uma base de dados, auxiliada pelo preenchimento da já referida ficha foi, desde início, uma prioridade. Essa ficha pretendia centralizar e organizar toda a informação de cada cerâmica estudada num só sítio, para o qual a base de dados geral reencaminharia através do número atribuído a cada cerâmica e à qual correspondia uma ficha com determinado número.

Esta ficha tipo (Anexo 8) foi organizada e elaborada através da consulta da bibliografia (STIENSTRA, 1986; PEACOCK 1977: 26-32; ORTON, 1979; ORTON 2005: 233), que, de forma geral, segue linhas semelhantes e, principalmente, adaptada de uma ficha fornecida aquando Curso de Iniciação à Cerâmica Romana em Portugal – compreensão das técnicas de fabrico e observação e descrição das pastas, proferido por Inês Vaz Pinto e Anne Schmitt a 28 de Fevereiro e 1 de Março, em Coimbra. A ficha ali apresentada compreende uma abordagem que opta por uma simplificação da análise das pastas e dos seus componentes minerais e outros. Por um lado, porque se reconhece ser arriscado afirmar tratar-se deste ou outro mineral apenas com a análise à lupa binocular, como já sugeria Clive Orton e outros (2005), por outro, permite a um arqueólogo, sem formação em geologia, fazer uma descrição simples e literal daquilo que observa. Movidamente pela impossibilidade de proceder a uma análise mais pormenorizada ao microscópio polarizante, através de lâminas delgadas, ou a uma análise química, a autora deste trabalho decidiu que esta seria a abordagem mais sensata a uma análise macroscópica e à lupa binocular. Esta decisão não pretende desvalorizar a importância que teria uma análise mais aprofundada, utilizando todo o

potencial das técnicas arqueométricas, ainda mais tratando-se de um centro produtor, o que, em princípio garante a origem das cerâmicas. A sua utilização, assim como a de análises químicas, permitiria criar um “Bilhete de Identidade” das ânforas produzidas no Martinhal, possibilitando a sua “localização” potencialmente em todo o lado onde possam ter chegado as produções do Martinhal. Este trabalho, já feito para as ânforas do Sado (PRUDÊNCIO, 2009), seria de extrema utilidade para todos os sítios onde é possível atestar com alguma segurança a origem das produções. É de sublinhar a importância dos estudos interdisciplinares de proveniência e tecnologia, algo que tem vindo a ser discutido por vários autores (HOMEM, s/d; PEACOCK, 1970; STIENSTRA, 1986; YOUNG, 1980; RICE, 2005, entre outros), desde há algum tempo. Novas investigações e resultados vão com certeza, enriquecer ainda mais os estudos de cerâmica arqueológica e alguns deles passarão a fazer parte das práticas diárias (HALL, 2009).

A ficha incidiu, por razões práticas, mais na caracterização do fabrico do que numa identificação funcional ou formal. Por um lado, porque se sabia que se tratavam de ânforas e sabíamos a sua função de transporte de preparados piscícolas, por outro lado sabia-se que a variação formal seria discutida numa outra fase, após o desenho dos fragmentos representativos de cada forma que facilmente apresentam todos os dados necessários para a identificação. Assim, tentou-se apenas, nessa fase inicial, enquadrar os fragmentos nos principais grupos formais que já se sabia ali existirem: Almagro 50, Almagro 51 AB e Almagro 51 C e assinalar-se aqueles que dificilmente se enquadravam nestas 3 formas e posteriormente procurar identificá-los e caracterizá-los.

Assim sendo, procurou recolher-se na ficha tipo as seguintes informações:

Identificação básica:

- Número (atribuído aquando da elaboração deste trabalho);
- Tipologia;
- Referência ao número do desenho;
- Origem: Ano de exumação, localização da recolha, camada, etc.;
- Tipo de pasta: Calcária, não calcária;
- Cor da superfície e cor do coração;
- Tratamento de Superfície: Ausente; Engobe/Aguada não vitrificada;
- Modo de Cozedura: A ou B;
- Descrição das inclusões: Descrição das 3 principais;
- Forma dos Grãos;
- Textura;
- Ausência ou Presença de Desengordurante;
- Descrição Geral;
- Atribuição de Grupo Técnico: I ou II.

Para a definição da cor da superfície e do coração utilizou-se como referência o Munsell Soil Color Chart (2000), que já há muito tem vindo a demonstrar superioridade (SHEPARD, 1956: 107) e que cada vez mais se generaliza nos estudos de cerâmica em relação às suas alternativas como o Rock-color chart, pela Geological Society of America, ou o as cartas da Fédération Européenne des Fabricants de Carreaux Céramiques ou o Deutsche Industrir Normen (ORTON *et al.*, 2005: 137). No entanto, a

utilização desta informação tem em conta que na maioria das vezes a diferença das cores deve-se mais à cozedura ou às condições pós-deposicionais do que à diferença de materiais utilizados, além do mais a percepção da cor está dependente de vários factores que nem sempre conseguimos controlar sem técnicas mais avançadas (RICE, 2005: 331). Apesar disto, a verdade é que uma primeira observação do conjunto de materiais levou a crer que a variação de cores era pouco ampla podendo a cor servir como característica particular desta produção ou também as cozeduras menos bem sucedidas.

No que diz respeito ao modo de cozedura utilizou-se a definição A ou B, sendo que cada um corresponde, sumariamente, ao seguinte (PICON, 1973: 55-71):

A: cozedura redutora e pós-cozedura oxidante em forno de chama viva;

B: cozedura redutora e pós-cozedura redutora em forno de chama viva com fecho das aberturas no final da cozedura.

Apesar de se ter optado por se colocar na ficha estes dois modos sabemos que para cozer ânforas eram utilizados os fornos de chamas vivas e o modo de cozedura A, tal como a cerâmica comum para a qual não se considerava justificar um forno de tubos, mais elaborado, como os que se utilizavam para cozer *terra sigillata*. Achou-se porém que a segunda hipótese poderia possibilitar o enquadramento de uma excepção ou acidente.

Considerou-se importante abordar o tipo de cozedura sabendo que uma mesma pasta crua pode ter diferentes colorações depois de cozida, não se podendo distinguir os tipos de fabrico pela cor (PINTO, 2003: 67).

O estudo do fabrico propriamente dito, que começa pela descrição das inclusões, foi feito através da observação macroscópica e à lupa binocular, que como já foi referido, não permite a descrição precisa dos elementos não plásticos presentes, que tornaria possível o estabelecimento de relações entre fabricos e áreas de proveniência (PINTO, 2003: 67; ORTON *et al*, 2005: 139). Uma tentativa foi já feita neste sentido, abrangendo inclusive alguns exemplares do Martinhal e de mais dois sítios algarvios (Quinta do Lago e Castro Marim) (MAYET *et al*, 1996: 163). O resultado destas análises feitas recorrendo ao microscópio polarizante, são uma ferramenta útil e ajudam a sumariamente, distinguir as produções do Sado, Tejo e Algarve, de forma razoavelmente segura (anexo 6), mas não é eficaz na distinção dentro da mesma região geográfica, como aliás os autores admitem (MAYET *et al*, 1996: 163). O Algarve contudo, apresenta resultados distintos para os três sítios estudados, tendo os centros oleiros características bastante distintas entre si, provavelmente devido à sua implantação em regiões geológicas distintas (MAYET *et al*, 1996: 164).

A observação das inclusões incluiu a descrição da cor, forma (STIENSTRA, 1986; ORTON *et al.*, 2005: 239) e quantidade ou frequência (STIENSTRA, 1986; ORTON *et al.*, 2005: 238) das mesmas utilizando para isso tabelas recolhidas na bibliografia, que contribuem para classificar a textura que foi medida como 1: Normal e 2: Grosseira, excluindo a textura mais fina, presente na tabela de Inês Vaz Pinto e Anne Schmitt, que nunca ocorreu, como seria de esperar. A distinção entre uma e outra textura foi feita com o apoio da tabela de Barraclough (1992) - Scale for Pebble Sorting - apresentada por Orton *et al.* (2005: 239), mas utilizando apenas as suas primeiras 4 categorias: Very poor, poor, fair and good (Anexo 7) que analisa a porosidade o tamanho e distribuição das inclusões. A frequência e as proporções das inclusões entre si são outros

indicadores do tipo de fabrico (PINTO, 2003: 69), pelo que foram colocadas as inclusões por ordem de importância em tamanho e frequência, em 1ª, 2ª ou 3ª posição. No entanto, é importante ter em mente que em diferentes fracturas da mesma peça a frequência e distribuição das inclusões pode ser sempre diferente, assim como o mesmo pode acontecer com várias peças originárias do mesmo centro produtor (PINTO, 2003: 70). Quando os poros, ou vácuolos se apresentaram em quantidades consideráveis foram também referidos, já que podem ser indicadores, pela sua forma, por exemplo, dos elementos não plásticos que, em consequência da cozedura, desapareceram. Consideradas estas questões o principal é descrever as principais características.

A grande dificuldade desta etapa do trabalho é a relatividade dos seus resultados e a margem de erro que tem de ser esperada. Por um lado, se parecem haver “fragmentos tipo” que se enquadram num tipo definido outros há, os menos típicos, mais difíceis de enquadrar. Por outro lado sabemos que não só a mesma pessoa pode observar o mesmo fragmento em diversas ocasiões e obter resultados ligeiramente diferentes, como uma outra com certeza terá resultados diferentes da primeira. Isto aplica-se principalmente à observação das cores e à avaliação da distribuição das inclusões e sua forma.

Por fim, distribuíram-se os fragmentos pelos grupos de fabrico/grupos técnicos, e descreveram-se os grupos, acompanhados por um catálogo e frequência de exemplares em cada grupo. Consideraram-se os seguintes factores definição dos Fabricos/grupos técnicos: tipologia, execução, pasta, modo de cozedura, inclusões e textura.

Optou-se por dividir o conjunto em 3 grupos, mais por uma questão de organização, do que propriamente devido a diferenças incontornáveis nas características das pastas, que entre o tipo 1, 2 e 3 não apresentam mais diferenças do que apenas um ligeiro aumento na frequência e dimensão das inclusões, mantendo-se porém, a forma.

No que diz respeito à avaliação tipológica as dificuldades não terminam. Por um lado, à mesma forma são atribuídos nomes diferentes, por outro é necessário identificar as formas que serviram de modelo, as que dele derivam e as variantes (PINTO, 2003: 73). A variedade de hipóteses é tão vasta que é difícil optar. Apesar de a maioria das formas aqui referenciadas já estar relativamente bem documentada, nem sempre foi fácil enquadrar nessas categorias as cerâmicas estudadas, principalmente porque se tratavam, na maioria, de fragmentos de ânforas e não de ânforas inteiras, o que facilitaria o enquadramento. Por outro lado, as diferenças por vezes foram tão grandes que havia a dúvida entre enquadrá-las nas tipologias estabelecidas ou dizer que se tratava de uma outra forma, principalmente no que diz respeito às dimensões. Assim, optou-se por colocar na tipologia Almagro 50, 51 ab e 51 c as que, apesar de algumas diferenças – afinal cada centro produtor tem a sua inspiração a partir do modelo – e as restantes propor uma interpretação que se considerou melhor enquadrar o respectivo recipiente. Esta separação foi feita através da consulta da vasta bibliografia que trata as tipologias anfóricas e recorrendo àquelas definições que foram mais universalmente utilizadas pelos investigadores. A variedade morfológica levou a que talvez se agrupasse quem sabe, excessivamente, mas foi uma decisão tomada de forma a evitar a excessiva multiplicação dos tipos intermédios ou sem diferenças demasiado incontornáveis (PINTO, 2003: 73).

Depois da divisão e enquadramento tipológico fez-se uma descrição de cada tipologia, incluindo o seu enquadramento cronológico e especial, mais uma vez fazendo uma recolha na bibliografia, apresentado as diferentes teses quando as há. Este processo é apoiado pelas estampas com a representação gráfica dos exemplares representativos e respectivo catálogo, apresentados em anexo.

As convenções usadas para a ilustração de cerâmicas arqueológicas são já bem conhecidas e universalmente utilizadas por quase todos os investigadores, pelo que não se considera necessária uma abordagem pormenorizada das técnicas e normas aqui utilizadas. Para medir o diâmetro dos bordos incompletos, foi utilizada uma tabela que mede aproximadamente o raio dos bordos (STIENSTRA, 1986: 37). Quando os bordos se encontravam completos foram tiradas as medidas exactas.

Foram escolhidas para figurar nas estampas desenhadas, um conjunto de formas que se pensou serem representativas. Os desenhos foram efectuados à escala de 1:4. Foram igualmente fotografados alguns exemplares quando se considerou útil.

Por último, é apresentado um capítulo de discussão que pretende responder às questões colocadas, esperando cumprir, quando possível, os objectivos de perceber a evolução das formas anfóricas produzidas no Martinhal e as suas diferenças das outras produções lusitanas, assim como auxiliar o trabalho futuro de perceber a sua distribuição geográfica e a interacção com os vizinhos centros produtores de preparados piscícolas, bem representados em todo o litoral algarvio.